

Demonstrações contábeis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis em **31 de dezembro de 2023.**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Campinas, 28 de março de 2024,.

AO
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Prezados Senhores:

A **hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("HPGM DTVM")**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.470.647/0001-61, neste ato representada na forma de seu contrato social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o balanço data base de 31 de dezembro de 2023, e os esclarecimentos requeridos por força da Instrução Normativa 54, de 07 de dezembro de 2020 do Banco Central do Brasil.

1 – Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da administração;
- Relatório do auditor independente;
- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto;
- Notas explicativas às demonstrações contábeis.

2 – Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas serão disponibilizadas no dia 28 de março de 2024, no sítio eletrônico:

<https://hedgepointglobal.com/pt-br/quem-somos/>

3 – Por fim cumpre salientar que a alta administração da **"HPGM DTVM"** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

SÉRGIO RAMOS LENHARO
Diretor Financeiro

KATIA NAKASHIMA JUREVICIUS
Contadora CRC – 1SP 301654/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis da **hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“HPGM DTVM”)** do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

No exercício de 2023, a **HPGM DTVM** apresentou um lucro de R\$ 910 mil.

A Diretoria



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores da
hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Campinas/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Marília Nascimento Soares
Contadora: CRC-SP3-1194/O

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

		Exercício 2023	Exercício 2022
	Nota		
Ativo Circulante		39.392	34.256
<i>Disponibilidades</i>	4.a	2.163	1.991
<i>Instrumentos financeiros</i>	4.b	30.597	27.501
<i>Ativos fiscais correntes</i>	5.a	-	10
<i>Ativos fiscais diferidos</i>	5.a	5.887	4.197
<i>Outros ativos</i>	6.a	745	557
<i>Diversos</i>		239	174
<i>Despesas antecipadas</i>		506	383
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.375	4.236
<i>Imobilizado de uso</i>	7.a	5.732	5.572
<i>Intangível</i>	7.a	229	212
<i>(-) Depreciações e amortizações acumuladas</i>		(2.586)	(1.548)
<i>Imobilizado de uso</i>		(2.432)	(1.427)
<i>Intangível</i>		(154)	(121)
Total dos ativos		42.767	38.492
Passivos		24.216	20.874
<i>Provisões</i>	8.a	1.341	1.965
<i>Obrigações fiscais correntes e diferidas</i>	8.a	3.605	3.913
<i>Outros passivos</i>	8.b	19.270	14.996
Patrimônio Líquido		18.551	17.618
<i>Capital social</i>	9.a	15.200	10.000
<i>De domiciliados no país</i>		15.200	10.000
<i>Aumento de Capital</i>	9.a	-	5.200
<i>De domiciliados no país</i>		-	5.200
<i>Reservas de lucros</i>	9.b	3.362	2.452
<i>Outros resultados abrangentes</i>		(11)	(34)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>		-	(34)
Total dos passivos e patrimônio líquido		42.767	38.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

		2º Semestre		Exercício
	Nota	2023	2023	2022
Receita de intermediação financeira		1.460	2.812	2.076
<i>Rendas com títulos e valores mobiliários</i>		1.460	2.812	2.076
Rendas de títulos de renda fixa	10	1.460	2.812	2.076
Resultado bruto de intermediação financeira		1.460	2.812	2.076
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.981)	(294)	(629)
Rendas de prestação de serviços	11	42.046	92.726	86,795
Despesas de pessoal	12	(33.395)	(70.546)	(66.986)
Outras despesas administrativas	13	(8.495)	(17.383)	(15.186)
Despesas tributárias	14	(2.222)	(4.866)	(4.516)
Outras receitas/(despesas) operacionais	15	85	(225)	(736)
Resultado operacional		(521)	2.518	1.447
Resultado não recorrente	16	(0)	(0)	102
Resultado antes da tributação		(521)	2.518	1.549
Imposto de renda e contribuição social	17	(40)	(1.608)	(927)
Provisão para imposto de renda e contribuição social		(2.805)	(3.298)	(5.124)
Ativo fiscal diferido		2.765	1.690	4.197
LUCRO/PREJUÍZO DO SEMESTRE		(561)	910	622
Número de Quotas		15.200	15.200	15.200
Resultado por Quotas (R\$)		(0.04)	0.06	0.04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2023	2023	2022
Resultado do semestre	(561)	910	622
Outros resultados abrangentes	(5)	(11)	(34)
Ajuste a valor de mercado de títulos	(5)	(11)	(34)
RESULTADO ABRANGENTE DOS SEMESTRES E EXERCICIO	(566)	899	588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Notas	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Ajustes Avaliação Patrimonial	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldo em 31/12/2021		10.000	93	1.737	-	(108)	11.722
Lucro ou Prejuízo do Exercício		-	-	-	622	-	622
<i>Destinação do Lucro Líquido:</i>							
Reservas de Lucros		-	(62)	684	(622)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	74	74
Aumento de Capital	8.a	5.200	-	-	-	-	5.200
Saldo em 31/12/2022	8.a	15.200	31	2.421	-	(34)	17.618
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO		5.200	(62)	684	-	74	5.896
Saldo em 31/12/2022		15.200	31	2.421	-	(34)	17.618
Lucro ou Prejuízo do Exercício		-	-	-	910	-	910
<i>Destinação do Lucro Líquido:</i>							
Reservas de Lucros	9.b	-	46	864	(910)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	23	23
Saldo em 31/12/2023	9.a	15.200	77	3.285	-	(11)	18.551
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO		-	45	864	-	24	933
Saldo em 30/06/2023		15.200	31	2.421	1.471	(6)	19.117
Lucro ou Prejuízo do Período		-	-	-	(561)	-	(561)
<i>Destinação do Lucro Líquido:</i>							
Reservas de Lucros	9.b	-	46	864	(910)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(5)	(5)
Saldo em 31/12/2023	9.a	15.200	77	3.285	-	(11)	18.551
MUTAÇÕES NO SEMESTRE		-	46	864	(1.471)	(5)	(566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2023	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais lucro líquido	(561)	910	622
Ajustes para depreciação	537	1.037	808
Imposto corrente	2.805	3.298	5.124
Imposto diferido	(2.765)	(1.690)	(4.197)
Variação Cambial	1	41	-
Variação Monetária	-	(1)	-
Participação nos lucros	7.217	16.009	10.607
Lucro ou Prejuízo Líquido Ajustado	7.234	19.604	12.964
<i>Variações patrimoniais em:</i>			
Instrumentos financeiros	(7.360)	(3.096)	(9.951)
Ativos fiscais correntes e diferidos	(2.090)	(1.681)	(4.189)
Outros ativos	(16)	(228)	(227)
Obrigações fiscais correntes	1.232	(2.540)	933
Outros passivos	(994)	(11.735)	(52)
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	(1.994)	324	(522)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(117)	(152)	(2.838)
Títulos e valores mobiliários carteira disponível para venda	(4)	24	74
Aquisição de imobilizado	(113)	(176)	(2.912)
Aquisição de bens intangíveis	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			5.200
Aumento de Capital			5200
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.111)	172	1.840
Caixa e equivalentes no início do exercício	4.274	6.265	151
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.163	6.437	1.991
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.111)	172	1.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2023.
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Desde 1º de abril de 2020, quando foi publicado em Diário Oficial a aprovação de funcionamento da “**HPGM DTVM**”, a entidade continua tendo importante papel dentro do grupo hEDGEpoint, suportando estrategicamente e prestando serviços de intermediação de operações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 7º, da Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações Contábeis estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. Assim como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram homologadas pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis a “**HPGM DTVM**” está atendendo aos requerimentos da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações contábeis da entidade foram apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, expressa em Reais, moeda funcional da **"HPGM DTVM"**. A taxa utilizada para conversão em moeda estrangeira é a taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço para operações à vista divulgada pelo BACEN. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2023 foram aprovadas pela Administração na data de 28 de março de 2024.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, a **"HPGM DTVM"** na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras. CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento subsequente - homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado CMN nº 4.535/2016;

- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

Atualmente, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração da “**HPGM DTVM**” concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado:

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários e relações interfinanceiras – centralização financeira, classificadas como de curto prazo e alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Estimativa contábeis:

Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação do valor de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para sua determinação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

e. Títulos e valores mobiliários (TVM):

Em 31 de dezembro de 2023, a “**HPGM DTVM**” possuía posições em Títulos Públicos Federais do Tesouro Nacional, cuja liquidez é diária e classificados como Títulos Disponíveis para Venda que não se enquadram como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. Os valores estão ajustados ao valor de mercado em atendimento à Circular nº 3.068/01. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a “**HPGM DTVM**” não possuía posições em derivativos.

f. Imobilizado e intangível:

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistemas de processamentos de dados e 10% a.a. para os demais itens. As benfeitorias em imóveis de terceiros são compostas por gastos com as construções e instalações que se incorporaram ao imóvel arrendado e se reverterão ao proprietário ao final da locação, sendo amortizado pelo prazo do contrato de locação. Os ativos intangíveis são compostos por ativos intangíveis como licenças e *softwares*.

g. Provisão para imposto de renda e contribuição social:

A provisão para o imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) do ano corrente, quando aplicável, é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil no ano.

Em 2022, a Lei 14.446/2022 (conversão da Medida Provisória nº 1.115/2022), alterando temporariamente a Lei nº 7.689, de 15.12.1988, quanto a alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e, no caso das DTVMs, a alíquota passou de 15% para 16% no período compreendido entre 01.08.2022 (primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória) a 31.12.2022. A partir de 01.01.2023, a alíquota aplicável na apuração da contribuição social retorna a 15% permanecendo esta durante todo o exercício de 2023.

Os Ativos fiscais diferidos, referem-se aos ajustes temporários às bases de IRPJ e CSLL, sendo registrados na rubrica “ativos fiscais correntes e diferidos” e são utilizados para refletir os efeitos fiscais futuros.

O crédito tributário foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% para IRPJ e 15% para CSLL, ambos sobre ajustes temporários a serem realizados. Sendo que o crédito tributário para CSLL foi constituído a 16% na data base de 31.12.2022.

h. Redução ao valor recuperável de ativos:

O imobilizado, os ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i. Provisões para despesas e encargos trabalhistas:

As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Carta Circular nº 2.294/92, do BCB.

j. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

As provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis ou obrigação legal, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

k. Resultado por ação:

O resultado por ação é apresentado nas demonstrações contábeis com o objetivo de demonstrar o valor que o lucro/prejuízo líquido representa em relação ao capital por eles investidos. O cálculo do valor é feito através da divisão do resultado líquido do período pelo capital integralizado.

l. Resultados não recorrentes:

A “HPGM DTVM” entende que toda transação que aufera receitas oriundas de suas atividades operacionais e que são recorrentes no dia-a-dia, bem como as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultado

não recorrente, na avaliação da Administração, são aqueles atípicos, que não fazem parte da operação ou que não são comuns nas atividades organizacionais.

São considerados resultados não recorrentes:

- Receitas e despesas não operacionais, que abrangem vendas ou perdas dos bens do imobilizado ou intangível;
- Venda ou compra de carteira de crédito, ação essa que até o momento não ocorreu na Instituição;
- Venda ou compra de ações em bolsas de valores, transação esta que até o momento não ocorreu na Instituição;

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e na Circular n.º 3.429/10 do BACEN. Os valores contabilizados ou divulgados em notas explicativas são baseados nas melhores estimativas, inclusive na probabilidade de ocorrência ou não do tema em questão. Esses fatos e valores podem ser diferentes dos de fato ocorridos.

4. ATIVO CIRCULANTE

a. Caixa e equivalente de caixa:

	Exercício	Exercício
Disponibilidades	2023	2022
Bancos – Conta movimentação	2.163	1.991
TOTAL	2.163	1.991

b. Instrumentos financeiros:

Títulos e valores mobiliários. Classificação e composição da carteira:

			Exercício	Exercício
Títulos	Vencimento	Categoria	2023	2022
LFT 210100	01/09/2025	Disponível para venda	30.597	22.308
		<i>Quantidade</i>	2.145	1.770
LFT 210100	01/09/2025	Vinculado em títulos	-	5.193
		<i>Quantidade</i>	-	414
Total			30.597	27.501
<i>Quantidade</i>			2.145	2.184

Títulos disponíveis para venda - os quais são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado, e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido; tais títulos são utilizados em sua maioria na gestão do caixa da “**HPGM DTVM**”. Os ganhos e perdas dos títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Vinculado em títulos – Banco Central do Brasil – durante o processo de aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil em 2022, o recurso capitalizado de R\$ 5.193 mil equivalente à 414 unidades de LFT permaneceu vinculado em títulos públicos.

5. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

a. Créditos tributários:

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos contabilizados em ativos fiscais correntes e diferidos são compostos de créditos tributários e tributos a compensar.

Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas vigentes, sobre adições temporárias.

O montante de créditos tributários em 31 de dezembro foi de R\$ 5.887 mil (em 31 de dezembro 2022, o montante era de R\$ 4.197 mil).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estavam dispostos conforme abaixo:

	31/12/2023				
	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Provisão de PLR empregados	14.480	14.480	3.620	2.172	5.792
Provisão para pagamentos a efetuar	238	238	59	36	95
TOTAL			3.679	2.208	5.887

	31/12/2022				
	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Provisão de PLR empregados	10.153	10.153	2.538	1.625	4.163
Provisão para pagamentos a efetuar	84	84	21	13	34
TOTAL			2.559	1.638	4.197

Previsão de realização dos créditos tributários:

Exercício	31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	TOTAL
2024	3.043	1.826	4.869
2025	212	128	340
2026	212	127	339
2027	212	127	339
TOTAL	3.679	2.208	5.887

6. OUTROS ATIVOS

a. Composição:

Outros ativos totalizam o valor de R\$ 745 mil em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 o montante era R\$ 557 mil), sendo o principal valor compostos por R\$ 506 mil referentes à Despesas Antecipadas em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 383 mil em 31 de dezembro de 2022).

7. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a. Composição e movimentação:

Composição	Taxa Anual	Custo de Aquisição (-) Baixas	Depreciações e amortizações acumuladas	Exercício	Exercício
				2023	2022
				Saldo Líquido	Saldo Líquido
Imobilizado de uso		5.732	(2.432)	3.300	4.145
Bens móveis	10%	883	(395)	488	586
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	2.094	(747)	1.347	1.670
Equip. processamentos de dados	10%	278	(106)	172	228
Equip. de comunicação e segurança	10%	246	(86)	160	117
Outros Equipamentos	20%	2.211	(1.078)	1.133	1.544
Veículos	20%	20	(20)	-	-
Intangível		229	(154)	75	91
Licenças e direito de uso	20%	229	(154)	75	91
TOTAL		5.961	(2.586)	3.375	4.236

(*) Conforme o prazo de locação do imóvel.

	Exercício				Exercício
	2022				2023
Movimentação	Saldo Líquido	Aquisições	Baixas e transf.	Depreciações e amortizações	Saldo Líquido
Imobilizado de uso	4.145	160	-	(1.005)	3.300
Bens móveis	586	15	-	(113)	488
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.670	-	-	(323)	1.347
Equip. processamentos de dados	228	-	-	(56)	172
Equip. de comunicação e segurança	117	86	-	(43)	160
Outros Equipamentos	1.544	59	-	(470)	1.133
Veículos	-	-	-	-	-
Intangível	91	17	-	(33)	75
Licenças e direito de uso	91	17	-	(33)	75
TOTAL	4.236	177	-	(1.038)	3.375

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e não identificou a necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

8. PASSIVOS

a. Provisões e obrigações fiscais correntes e diferidas:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. O montante de R\$ 4.946 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.878 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) refere-se à provisão de impostos e contribuições sobre os lucros; e impostos e contribuições a recolher.

b. Outros passivos:

	Exercício	Exercício
	2023	2022
<i>Sociais e estatutárias</i>		
Gratificações e participações a pagar	15.142	10.607
<i>Diversas</i>		
Fornecedores nacionais a pagar	520	975
Provisões com despesas com pessoal	3.370	3.363
Credores diversos – país	84	51
Provisão de despesas diversas	154	-
TOTAL	19.270	14.996

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social:

Em ofício datado em 6 de abril de 2020, o Banco Central do Brasil aprovou a alteração contratual, conforme deliberado em 12 de março de 2020 com a integralização de capital de 10 mil quotas no valor de R\$ 1.000,00 cada, totalmente integralizadas na data do balanço, distribuídos em 9.970 quotas domiciliados no país e 30 quotas no exterior totalizando o capital social de R\$ 10.000 mil. A integralização de capital foi originada pelo pleito de constituição e funcionamento da “**HPGM DTVM**”. Em 1º de dezembro de 2021, foi publicado em Diário Oficial – Edição: 225 – a aprovação de Transferência do Controle Societário para Brent William De Jong, bem como a alteração da denominação social de ED&F Man Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para **hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, e com a devida anuência do Banco Central do Brasil, o sócio **Holco Man Limited** cedeu e transferiu, a título oneroso, a totalidade das suas 30 quotas com o valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, assim, representando o valor nominal total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para o sócio **hEDGEpoint Participações Financeiras Ltda.** Como resultado da transferência, o sócio **Holco Man Limited** se retirou da Sociedade. Tendo em vista a transferência acima deliberada, o sócio remanescente **hEDGEpoint Participações Financeiras Ltda.** permanecerá como sócio único da Sociedade, conforme permitido pela legislação aplicável. Assim, a Sociedade torna-se uma sociedade limitada unipessoal por prazo indeterminado, nos termos do art. 1.052, §1º e §2º, da Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Em 16 de dezembro de 2022, a “**HPGM DTVM**” realizou uma capitalização no valor total de R\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais) com a integralização de 5.200 (cinco mil e duzentas) quotas no valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Em razão do exposto, o capital social é de R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais), dividido em 15.200 (quinze mil e duzentas) quotas, com valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalmente subscritas e integralmente detidas pelo sócio **hEDGEpoint Participações Financeiras Ltda.** A totalidade das quotas emitidas pela sociedade e subscritas encontram-se totalmente integralizadas nesta data, em moeda corrente nacional.

b. Reservas de lucros:

A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social.

A reserva estatutária será constituída pelo valor do lucro líquido subtraído da constituição de reserva legal no final do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo de reserva legal era R\$ 77 mil; e o saldo de reserva estatutária era R\$ 3.285 mil.

10. RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA

a. Títulos e Valores Mobiliários (TVM) :

LFT com vencimento em dias acima de 360 dias, vencimento em 01 de setembro de 2025.

		Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda	31/12/2022	22.342	22.308	34
Títulos vinculados	31/12/2022	5.193	-	-
Títulos disponíveis para venda	31/12/2023	30.608	30.597	11
Títulos vinculados	31/12/2023	-	-	-

11. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 92.726 mil (R\$ 86.795 mil em 31 de dezembro de 2022) refere-se à receita de prestação de serviços com partes relacionadas; e à prestação de serviço de intermediação de operações financeiras a terceiros.

a. Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis às praticadas pelos mercados vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações. Refere-se à receita de prestação de serviços com a hEDGEpoint Switzerland Ltd.

(hEDGEpoint Schweiz AG) no montante de R\$ 92.726 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 86.795 mil em 31 de dezembro de 2022).

12. DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2023	2023	2022
Proventos	23.753	50.643	47.167
Benefícios	3.660	7.650	6.625
Encargos sociais	5.551	11.352	12.146
Bolsa Estágio, Cursos e Treinamentos	431	901	1.048
TOTAL	33.395	70.546	66.986

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2023	2023	2022
Processamento de dados	2.017	4.351	4.099
Serviços técnicos especializados	1.951	3.800	2.572
Viagens	854	1.566	1.297
Publicidade	433	1.065	1.164
Aluguéis	682	1.383	1.090
Manutenção e conservação de bens	103	316	983
Depreciação e amortização	534	1.570	817
Serviços de terceiros	133	244	522
Outras	306	525	497
Conferências e reuniões	-	-	494
Serviços do sistema financeiro	450	853	479
Condomínio e IPTU	252	525	446
Comunicações	167	314	283
Equip. informática e materiais	39	56	194
Utilidades	53	112	92
Despesas bancárias	43	93	88
Eventos	410	1.041	-
Seguros	67	123	69
TOTAL	8.495	17.383	15.186

14. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2023	2023	2022
Impostos sobre operações financeiras (IOF)	52	102	86
Impostos sobre serviços (ISS)	2.102	4.636	4.340
COFINS	58	110	77
PIS	10	18	13
TOTAL	2.222	4.866	4.516

15. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2023	2023	2022
Prejuízo com títulos de renda fixa	(9)	(75)	(236)
Reversão de provisão	115	198	320
Descontos obtidos	-	1	47
Variação cambial	(1)	(41)	(785)
Despesas não dedutíveis	(20)	(309)	(82)
Variação monetária ativa	-	1	-
Lucros na alienação de outros valores e bens		0	-
TOTAL	85	(225)	(736)

16. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da “HPGM DTVM” e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Apresentamos abaixo os resultados não recorrentes do semestre/exercício:

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2023	2023	2022
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	-	102

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a. Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	2º Semestre		Exercício		Exercício	
	2023		2023		2022	
Apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social			CSLL			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro (i)	(521)	(521)	2.518	2.518	1.549	1.549
Base de Cálculo	(521)	(521)	2.518	2.518	1.549	1.549
Adições/(Exclusões):						
Permanentes:						
Despesas não dedutíveis	223	223	512	512	82	82
Brindes	38	38	52	52	87	87
Gratificações empregados e administradores	389	389	662	662	834	834
Bônus de contratação	-	-	80	80	446	446
Despesas provisões diversas						
Temporárias:						
Despesas provisão PLR empregados	6.828	6.828	4.327	4.327	10.153	10.153
Despesas provisão diversas	86	86	154	154	(237)	(237)
Lucro Real	7.043	7.043	8.305	8.305	12.914	12.914
Alíquota	25%	15%	25%	15%	25%	16%
Majoração de alíquota	-	-	-	(102)	-	(60)
Encargos de IRPJ & CSLL Corrente	(1.749)	(1.056)	(2.052)	(1.246)	(3.127)	(1.937)
Encargos de IRPJ & CSLL Diferido	1.728	1.037	1.120	672	2.559	1.638
TOTAL	(21)	(19)	(932)	(676)	(568)	(359)

(i) - Deduzido de participações nos lucros.

	Exercício			Exercício		
	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.052)	(1.246)	(3.298)	(3.127)	(1.997)	(5.124)
Constituição de créditos tributários	1.120	570	1.690	2.559	1.638	4.197

TOTAL	(932)	(676)	(1.608)	(568)	(359)	(927)
--------------	--------------	--------------	----------------	--------------	--------------	--------------

b. Origem dos créditos tributários:

	Exercício		Exercício	
	2023		2022	
Créditos tributários	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social sobre:				
Provisão para PLR empregados	2.082	548	2.538	1.625
Provisão para pagamentos a efetuar	38	22	21	13
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.120	570	2.559	1.638

18. COMPLIANCE E PLD/FT

A “HPGM DTVM” encontra-se consoante às práticas de governança corporativa e com o escopo de proteger a Instituição, vem disseminando a cultura de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, através de políticas e procedimentos, que visam assegurar um completo e eficaz conhecimento e monitoramento dos clientes e de suas operações. A presente política visa estabelecer critérios e medidas para: assegurar a conformidade com a legislação vigente (Lei nº 9.613/98 alterada pela Lei nº 12.683/12) e demais normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM); colaborar com as autoridades no combate ao crime organizado; e implementar em todos os níveis hierárquicos da “HPGM DTVM” procedimentos eficazes que visem à prevenção à lavagem, ocultação de bens, direitos e valores.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

GIR (Gestão Integrada de Riscos):

A Resolução CMN nº 4.557/17 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos integrada e estrutura de gestão de capital conforme segue:

a. Gestão de risco operacional:

O risco operacional se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluindo o sistema legal. Entre os eventos de risco

operacional, incluem-se as seguintes categorias: fraudes internas, fraudes externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela “**HPGM DTVM**”, situações que acarretem a interrupção das atividades da “**HPGM DTVM**”, e falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. A estrutura de gerenciamento de risco operacional da “**HPGM DTVM**” detém processos de identificação, avaliação, classificação, monitoramento e reporte de riscos alinhados com as expectativas regulatórias e melhores práticas do mercado, de modo a prestar, tempestivamente, a Diretoria Executiva uma visão holística dos riscos identificados, seu grau de exposição, a qualidade de seus controles, bem como supervisão de planos de mitigação e implementação de controles. O monitoramento do risco operacional é realizado por meio de gestão integrada de incidentes por meio de indicadores. Este monitoramento é suportado por relatórios gerenciais que têm o objetivo de suprir os Gestores e a Diretoria Executiva com informações que sinalizem os aspectos qualitativos e quantitativos da exposição ao risco operacional.

b. Gestão de risco de mercado:

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco da variação das taxas de juros, preços de ações para instrumentos classificados na carteira de negociação e variação cambial e dos preços de commodities para os instrumentos classificados na carteira de negociação e bancária. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado implementada atua em linha com a estratégia e o modelo de negócios da “**HPGM DTVM**”, e é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição aos riscos, e com a importância sistêmica da “**HPGM DTVM**”. O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação. Os limites operacionais serão definidos no Comitê de Risco de acordo com o apetite de risco definido pela Diretoria Executiva.

c. Gestão de risco de liquidez:

O risco de liquidez é a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados, garantindo que o nível de risco de liquidez esteja dentro do apetite aos riscos e dos limites operacionais estabelecidos. O

gerenciamento de liquidez implementado atua em linha com a estratégia e o modelo de negócios da “**HPGM DTVM**”, e é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição aos riscos, e com a importância sistêmica da “**HPGM DTVM**”.

d. Gestão de risco de crédito:

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na negociação e aos custos de recuperação. O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco de crédito e aos limites operacionais da “**HPGM DTVM**”. A estrutura de gerenciamento de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição aos riscos, e com a importância sistêmica da “**HPGM DTVM**”. Na “**HPGM DTVM**”, as áreas de Análise de Crédito e Gerência de Risco, são completamente responsáveis por manter o risco de crédito de contraparte dentro da estratégia e do apetite de riscos da carteira de títulos e valores mobiliários.

e. Risco social, ambiental e climático:

A Resolução nº 4.945/14 do CMN estabelece as diretrizes a serem seguidas na implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA). A “**HPGM DTVM**”, seguindo a regulamentação vigente, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática encontra-se implementada.

f. Gestão de capital:

Em atendimento às exigências do Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 4.557/17 e 4.192/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e em aderência as melhores práticas do mercado, sobretudo aos conceitos definidos pelo Comitê da Basileia, a “**HPGM DTVM**” estabelece, por meio da Política de Gerenciamento de Capital, os princípios e diretrizes para o gerenciamento do capital da Instituição. O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição, sempre de forma compatível com o modelo de negócio com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos. O gerenciamento de capital é realizado de forma a manter um nível adequado de capital proporcionando condições para o alcance dos objetivos estratégicos da “**HPGM DTVM**”. Em dezembro de 2023, o

Patrimônio de Referência (PR) para o limite de Basileia do Conglomerado Prudencial ficou em R\$ 14.436 mil. Em dezembro de 2022, o PR fechou em R\$ 9.362 mil. O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial para esta data base ficou em 10,66%. Em junho de 2022, o Índice de Basileia fechou em 11,45%. O Índice de Imobilização do Conglomerado Prudencial para esta data base ficou em 22,86%. Em junho de 2022, o Índice de Imobilização fechou em 44,27%.

20. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis da “**HPGM DTVM**” não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de janeiro de 2024, a “**HPGM DTVM**” iniciou o processo de aumento de capital no valor total de R\$ 4.900.000,00 (Quatro milhões e novecentos mil reais), alterando o capital de R\$ 15.200.000,00 (Quinze milhões e duzentos mil reais) para R\$ 20.100.000,00 (Vinte milhões e cem mil reais) com a integralização de 4.900 (quatro mil e novecentas) quotas no valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais) totalmente subscritas e integralmente detidas pelo sócio hEDGEpoint Participações Financeiras Ltda.

No mais, os administradores declaram inexistência de fatos subsequentes ocorridos à data de encerramento do semestre que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da “**HPGM DTVM**” ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Resolução CMN N.º 4.966/21. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução n.º 4.966/21 entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 1º de janeiro de 2022.

A “**HPGM DTVM**” não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022, e está avaliando os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Nosso plano de ação inclui: revisão dos processos contábeis e financeiros a fim de garantir a conformidade com os novos padrões; identificar áreas que requerem adaptação; realizar testes dos novos processos e sistemas para garantir sua eficácia e estabelecer um processo de monitoramento contínuo para garantir a conformidade dos requisitos da Resolução e fazer ajustes conforme necessário.

Durante o exercício de 2023, a **HPGM DTVM** não teve a ocorrência de quaisquer eventos ou transações que pudessem ser classificados como resultados não recorrentes.

22. OUVIDORIA

O canal de Ouvidoria está plenamente implementado, através de canal próprio de discagem direta gratuita (DDG) **0800-878-8408**.

SERGIO RAMOS Assinado de forma digital
por SERGIO RAMOS
LENHARO:3090 LENHARO:30905339878
5339878 Dados: 2024.03.28
16:05:01 -03'00'

SÉRGIO RAMOS LENHARO
Diretor Financeiro

KATIA NAKASHIMA Assinado de forma digital por
KATIA NAKASHIMA
JUREVICIUS:363058 JUREVICIUS:36305841870
41870 Dados: 2024.03.28 15:52:09
-03'00'

KATIA NAKASHIMA JUREVICIUS
Contadora CRC – 1SP 301654/O-0

hEDGEpoint
GLOBAL MARKETS

